


COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP
S/A CAPITAL FECHADO
CNPJ Nº 01.377.555/0001-10
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO 2019
RELATÓRIO DA DIRETORIA
SENHORES E SENHORAS ACIONISTAS,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, muito nos honra submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, assim como destacar os fatos que marcaram e que tiveram efeito em nossa Companhia durante o exercício.

	2019	2018	2017	2016	2015
Consumidores					
Residencial	29.739	28.336	27.949	27.532	26.935
Comercial	3.194	3.104	3.047	3.026	2.974
Industrial	73	82	84	89	92
Rural	3.851	4.709	4.611	4.500	4.426
Poderes Públicos	453	447	451	421	421
Iluminação Pública	31	33	31	31	31
Serviço Público	65	69	66	66	62
Consumo próprio	11	11	11	11	16
Total	37.417	36.791	36.250	35.676	34.957
Variação	1,70%	1,49%	1,61%	2,06%	2,48%
Mercado atendido	2019	2018	2017	2016	2015
Fornecimento - MWh	124.829	120.824	116.906	115.441	114.343
Residencial	49.065	46.220	45.078	43.324	42.083
Comercial	23.510	22.060	21.289	20.447	20.655
Industrial	15.871	16.212	14.183	13.440	14.349
Rural	19.736	18.171	16.820	16.208	17.627
Poderes públicos	6.037	5.892	5.851	5.618	5.537
Iluminação pública	5.771	7.499	8.895	9.518	9.371
Serviço público	4.642	4.578	4.583	4.662	4.498
Consumo próprio	197	192	207	224	223
Total	124.829	120.824	116.906	115.441	114.343
Variação	3,31%	3,35%	1,27%	0,96%	0,23%
Balanco Energético - Energia requerida - MWh	2019	2018	2017	2016	2015
Venda de energia	124.829	120.824	116.906	115.441	114.343
Fornecimento	124.829	120.824	116.906	115.441	114.343
Mercado atendido	124.829	120.824	116.906	115.441	114.343
Perdas na distribuição	15.571	14.677	18.029	14.954	14.322
Perdas técnicas	13.817	13.121	15.385	13.948	13.404
Perdas não técnicas-PNT	1.754	1.556	2.644	1.006	918
PNT/Energia requerida - %	1,25%	1,15%	1,96%	0,77%	0,71%
Perdas totais - PT	15.571	14.677	18.029	14.954	14.322
PT/Energia requerida %	11,09%	10,83%	13,36%	11,47%	11,13%
Total	140.400	135.501	134.936	130.395	128.666

Índices Técnicos da CHESP:

O índice de perdas foi de 11,09%, resultado praticamente igual ao realizado em 2018 10,83%;

O Índice de Duração Equivalente por Consumidor - DEC foi de 9,79 horas e o Índice de Frequência Equivalente por Consumidor - FEC foi 9,73 vezes, são os melhores resultados da história da Companhia;

Índice IASC - 2019 - O resultado da Chesp, 74,86 no Índice Aneel de Satisfação do Consumidor - IASC de 2019 foi o melhor em todos os 19 anos de pesquisa.

Lucro Líquido do exercício: também o melhor resultado da história da Companhia;

Em 2019 os investimentos foram na ordem de R\$ 3,22 milhões em expansão do sistema elétrico, melhoramento de redes e outros;

Os processos de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos da distribuição de energia elétrica, de tratamento de reclamações de consumidores de energia elétrica, de coleta de dados e apuração dos padrões de atendimento comercial e de aferição de medidores e avaliação técnica dos equipamentos de medição continuaram certificados conforme a norma da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9001, versão 2015;

A CHESP apoiou por meio da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) e Lei que instituiu o Programa Nacional de à Cultura (Pronac), os Projetos: "Invenções Dramatúrgicas II - Núcleo de Dramaturgia Novo Ato", projeto de pesquisa e criação dramaturgica de um livro com dois monólogos, uma minissérie, um roteiro de cinema dividido em três partes e uma peça de teatro; e "Dodge - Mostra Cultural de Dança"; projeto com o objetivo de produzir trabalhos de arte utilizando a dança como sua fonte de referência.

Ceres, 31 de dezembro de 2019.

Ricardo de Pina Martin

BALANÇO SOCIAL:
1 - BASE DE CÁLCULO

	2019	2018
1.1 - Receita Líquida (RL)	60.936	58.740
1.2 - Resultado Operacional (RO)	8.838	5.240
1.3 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)	5.661	5.612

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

	2019			2018		
	Valor	F P B	RL	Valor	F P B	RL
2.1 - Alimentação	1.044	18,44%	1,71%	1.008	17,96%	1,72%
2.2 - Saúde	199	3,52%	0,33%	144	2,57%	0,25%
2.3 - Educação	43	0,76%	0,07%	41	0,73%	0,07%

4 - CORPO FUNCIONAL
4.1 - Nº Empregados ao Final do exercício
4.2 - Escolaridade dos empregados:

Superior com extensão universitária
 Ensino Médio
 Ensino Fundamental
 Outros

4.3 - Faixa etária dos empregados:

Abaixo de 30 anos
 de 30 até 45 anos
 acima de 45 anos

4.4 - Nº Admissões durante o exercício
4.5 - Nº de mulheres que trabalham na empresa

% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total mulheres)

% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total gerentes)

4.6 - Nº de negros que trabalham na empresa
4.7 - Aposentadoria
4.8 - Portadores de deficiência física
4.9 - Dependentes dos empregados
4.10 - Estagiários
4.11 - Relação entre a maior e menor remuneração
4.12 - Acidente de Trabalho sem afastamento
4.13 - Acidente de Trabalho com afastamento

	Valor	F P B	RL	Valor	F P B	RL
2.4 - Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados	320	5,65%	0,53%	313	5,58%	0,53%
2.5 - Gratificação de Férias	174	3,07%	0,29%	165	2,94%	0,28%
2.6 - Outros Benefícios	111	1,96%	0,18%	106	1,89%	0,18%
	1.891	33,40%	3,10%	1.777	31,66%	3,03%

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

	% sobre RO		RL	% sobre RO		RL
3.1 - Tributos	32.006	362,14%	52,52%	31.368	598,63%	53,40%
	32.006	362,14%	52,52%	31.368	598,63%	53,40%

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva a à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Valor adicionado total a distribuir (em reais mil):	60.951			57.984		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	76,74% governo	13,20% colaboradores	5,82% acionistas	78,80% governo	13,58% colaboradores	3,01% acionistas
	1,46% terceiros		2,78% retidos	2,08% terceiros		2,53% retidos

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores em milhares de reais)				BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores em milhares de reais)			
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Legislação	Societária			Legislação	Societária	
	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.472	5.218	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Consumidores	5	11.503	10.963	PASSIVO CIRCULANTE			
Concessionárias e permissionárias	6	55	67	Fornecedores	17	4.578	4.740
Depósitos judiciais		0	1	Obrigações sociais e trabalhistas	18	1.026	861
Subvenção CDE	7	384	464	Encargos de dívidas		6	4
Ativos financeiros setoriais	7	3.282	1.451	Tributos	19	2.220	1.615
Tributos compensáveis	8	467	901	Provisão litígio trabalhista		10	
Parcelamentos com órgãos públicos	9	1.372	1.361	Dividendos e juros sobre o capital próprio		201	207
Parcelamento com consumidores	10	160	92	Empréstimos e financiamentos	20	661	1.166
Serviços em curso	11	1.717	1.023	Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	21	0	815
Outros ativos circulantes	12	477	731	Obrigações estimadas com pessoal	18	602	566
Almoxarifado operacional		434	338	Encargos setoriais	22	3.009	2.699
Despesas pagas antecipadamente	13	80	110	Passivos regulatórios	23	1.302	1.275
				Outros passivos circulantes		375	328
Total do Ativo Circulante		27.406	22.717	Total do Passivo Circulante		13.992	14.278
NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Tributos compensáveis	8	515	331	Empréstimos e financiamentos	20	927	1.206
Cauções e depósitos vinculados		1.079	976	Provisão para litígios	24	9.902	7.535
Parcelamento com órgãos públicos	9	203	700	Passivos financeiros setoriais		704	384,06
Parcelamento com consumidores	10	442	533	Incentivos fiscais	26	118	118
Adiantamento incentivos fiscais		12	12	Outros passivos não circulantes		7	9
Outros ativos não circulantes	14	1.668	1.668	Total do Passivo Não Circulante		11.659	9.252
Ativos de geração em curso a receber	15	0	96				
Bens e direitos para uso futuro		1	1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	27	23.381	23.381
Ativo financeiro da concessão Intangível	16	5.917	4.849	Reservas de capital	27	6.885	6.769
	16	29.072	28.968	Reservas de lucros	27	10.396	7.170
Total do Ativo Não Circulante		38.908	38.133	Total do Patrimônio Líquido		40.662	37.320
TOTAL DO ATIVO		66.313	60.850	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		66.313	60.850
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores em milhares de reais)			
	Legislação	Societária			2019	2018	
	Nota	2019	2018				
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				Atividades Operacionais			
Fornecimento de energia elétrica	32	97.201	95.357	Recebimentos de consumidores	100.733	98.218	
Encargos de conexão		306	282	Recebimento uso mútuo postes	301	319	
Outras receitas	32	5.323	5.530	Recebimento CCEE/repasse CDE	4.443	4.841	
		102.830	101.170	Outros ingressos	1.875	1.995	
(-) Deduções da Receita Operacional Bruta				Pagamentos a fornecedores	(5.450)	(5.260)	
ICMS		(25.587)	(24.946)	Pagamentos a pessoal	(9.903)	(9.799)	
PIS		(1.135)	(1.100)	Pagamentos energia elétrica comprada	(32.619)	(34.961)	
COFINS		(5.270)	(5.309)	Pagamentos outras despesas	(933)	(1.236)	
ISS		(13)	(12)	Caixa gerado pelas operações	58.447	54.117	
Bandeira tarifária		(1.735)	(2.936)	Juros pagos	(430)	(728)	
Taxa de fiscalização		(99)	(93)	Tributos	(33.642)	(32.780)	
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(7.471)	(7.472)	Taxas regulamentares	(9.659)	(9.051)	
Pesquisa desenvolvimento e eficiência energética		(584)	(561)	Recolhimento contribuições do consumidor-CIP	(3.690)	(3.177)	
		(41.895)	(42.429)	Fluxo de caixa antes item extraordinário	(47.422)	(45.736)	
Receita Operacional Líquida	32	60.936	58.740	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	11.025	8.381	
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Custo com Energia Elétrica				Compra do ativo imobilizado	(5.181)	(4.499)	
Energia elétrica comprada para revenda	34	(31.394)	(34.342)	Juros recebidos	1	0	
Encargos de conexão, transmissão e distribuição		(2.560)	(1.557)				
Custo de Operação				Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(5.180)	(4.499)	
Pessoal e administradores		(9.328)	(9.109)	Fluxo de Caixa das Atividades Financeiras			
Materiais		(1.329)	(1.188)	Recebido por empréstimos e financiamentos	205	900	
Serviço de terceiros		(4.960)	(4.488)	Amortização de empréstimos e financiamentos	(2.189)	(2.158)	
Depreciação e amortização		(2.398)	(2.362)	Dividendos/juros sobre o capital próprio	(1.607)	(1.498)	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-	(109)	Caixa líquido consumido nas atividades financeiras	(3.591)	(2.756)	
Provisão para litígios trabalhistas		(10)	-	Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	2.254	1.126	
Outras despesas	35	(806)	(1.060)	- Saldo da conta caixa no início do exercício	5.218	4.092	
		(18.832)	(18.317)	- Saldo da conta caixa no fim do exercício	7.472	5.218	
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		8.150	4.524	Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	2.254	1.126	
Receita de construção da infraestrutura da concessão	37	3.220	3.340				
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	37	(3.220)	(3.340)				
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas		(175)	(180)				
RESULTADO DO SERVIÇO		7.975	4.344				
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	38						
Receita financeira		1.730	2.079				
Despesa financeira		(867)	(1.183)				
		863	896				
RESULTADO OPERACIONAL		8.838	5.240				
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		8.838	5.240				
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(888)	(500)				
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		7.951	4.740				
IMPOSTO DE RENDA		(2.429)	(1.358)				
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		5.522	3.382				
DEDUÇÕES AO LUCRO DO EXERCÍCIO:							
Participações	31	(283)	(169)				
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		5.239	3.213				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.239	3.213				
LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - R\$		1.6066	0,9853				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores em milhares de reais)**

Legislação Societária

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	REMUNERAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO	ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA INVESTIMENTOS	RECURSOS P/AUMENTO CAPITAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO 2017	21.804	711	1.787	4.220	421	5.432	1.200	0	35.574
Ajuste VOC/VNR	-	-	-	-	-	(426)	-	-	(426)
Aumento capital social AGE 23/01/2018	1.577	-	-	-	-	-	-	-	1.577
Remuneração sobre o capital próprio	-	51	-	-	-	-	-	-	51
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.213	3.213
Destinação do lucro:									
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(1.470)	(1.470)
Reserva legal	-	-	-	-	161	-	-	(161)	0
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	1.582	-	(1.582)	0
Reserva incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento capital social	-	-	-	-	-	(1.200)	-	(1.200)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2018	23.381	762	1.787	4.220	581	6.588	0	0	37.320
Ajuste VOC/VNR	-	-	-	-	-	(319)	-	-	(319)
Remuneração sobre o capital próprio	-	116	-	-	-	-	-	-	116
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.239	5.239
Destinação do lucro:									
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(1.694)	(1.694)
Reserva legal	-	-	-	-	262	-	-	(262)	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	3.284	-	(3.284)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2019	23.381	878	1.787	4.220	843	9.553	0	0	40.662

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores em milhares de reais)**

Legislação Societária

	2019	2018
Receitas de vendas de energia e serviços	102.830	101.170
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(10)	(109)
Outras receitas (despesas) operacionais	(175)	(180)
	102.645	100.880
(-) INSUMOS		
Custo da energia comprada	(33.954)	(35.899)
Materiais e serviço de terceiros	(6.289)	(5.676)
Outros gastos operacionais	(783)	(1.037)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(41.026)	(42.613)
(=) Valor Adicionado Bruto	61.619	58.267
(-) Depreciação e amortização	(2.398)	(2.362)
(=) Valor Adicionado Líquido Gerado	59.221	55.905
Receitas financeiras	1.730	2.079
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	60.951	57.984
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Empregados e Administração:		
Remunerações	5.377	5.416
Encargos sociais (exceto INSS)	427	417
Auxílio alimentação	992	977
Convênio assistencial e outros benefícios	657	589
Participação nos resultados	592	476
	8.045	7.875
GOVERNOS		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	25.587	24.946
PIS/COFINS	6.406	6.410
INSS (sobre folha de pagamento)	1.565	1.404
Imposto de renda e contribuição social	3.317	1.858
Encargos do consumidor	9.889	11.062
Outros impostos, taxas e contribuições	13	12
	46.776	45.691
Juros e variações monetárias	867	1.183
Aluguéis	24	23
Financiadores	890	1.205
Dividendos e participações	1.694	1.470
Lucros retidos	3.545	1.743
Acionistas	5.239	3.213
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	60.951	57.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP
CNPJ Nº 01.377.555/0001-10**

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SOCIETÁRIAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2019 e 31.12.2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica. Atividade esta regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A sede social da Companhia está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 618, na Cidade de Ceres, Estado de Goiás - CEP 76.300-000. Conforme determinado no Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, a Companhia assinou em 9 de dezembro de 2015 o **Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 44/1999-ANEEL**, vencido em 7 de julho de 2015. A Companhia teve prorrogado o prazo para exploração de sua atividade por mais 30 anos, com vencimento para 7 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e do Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 que estabeleceu as condições para prorrogação referente aos critérios operacionais e econômico-financeiros. O novo aditivo exigiu da Companhia o atendimento aos seguintes critérios: (i) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; (ii) eficiência com relação à gestão econômico-financeira; (iii) racionalidade operacional econômica; e (iv) modicidade tarifária. O alcance dos referidos indicadores será monitorado pela Agência Reguladora - ANEEL, podendo haver a abertura de processo administrativo na eventualidade de não atingimento das metas. A área de concessão da Companhia contempla os municípios de: Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Jaraguá (parte, conforme Resolução ANEEL Nº 049/1999), Nova Glória, Rialma, Rianópolis, Santa Isabel, São Patrício e Uruana, todos pertencentes a microrregião denominada Vale do São Patrício, no Médio Norte Goiano, e que conta com uma população de cerca de 80 mil habitantes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 3. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e em quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Adicionalmente, a Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise.

corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à transparência e clareza das informações.

As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.chesp.com.br a partir de 29 de abril de 2020.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 20/03/2020.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e não faturado até a data do balanço, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, contabilizadas com base no regime de competência e incluem os impostos diretos de responsabilidade da Companhia.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota 5).

d) Almoxarifado Operacional

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxarifado de manutenção e administrativo) classificados no ativo circulante, registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

e) Receitas de Fornecimento de Energia Elétrica

Receita de venda de energia: reconhecida pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

Receita não faturada: correspondente a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia é consumida.

f) Despesas pagas antecipadamente

Estão representadas por valores relativos prêmio de seguros.

g) Ativo Imobilizado e Depreciação

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, corrigidos monetariamente até 31/12/1995, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta Resolução.

h) Redução ao Valor Recuperável

Os ativos imobilizados intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

i) Empréstimos e Financiamentos

As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, representadas pelo valor principal da dívida, acrescidas de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

j) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a média proporcional do consumo do último período de medição. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

k) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

l) Outros Direitos e Obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Componente	2019	2018
Aplicações no mercado aberto	3.933	3.099
Contas bancárias à vista	2.873	1.276
Numerário em trânsito e caixa	666	843
Total	7.472	5.218

Contas Bancárias à Vista, Numerário em Trânsito e Caixa: as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Aplicações no Mercado Aberto: estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTA 5 - CONSUMIDORES

5.1 - Desempenho operacional

Em 31 de dezembro 2019 foram totalizadas 37.417 unidades consumidoras

faturadas, número 1,7% superior ao de 2018 conforme demonstrado a seguir: Em 31 de dezembro 2018 foram totalizadas 36.791 unidades consumidoras faturadas, número 1,49% superior ao de 2017 conforme demonstrado a seguir:

Classe de consumo	2019	2018	2017	2016	2015
Residencial	29.739	28.336	27.949	27.532	26.935
Industrial	73	82	84	89	92
Comercial	3.194	3.104	3.047	3.026	2.974
Rural	3.851	4.709	4.611	4.500	4.426
Demais classes	560	560	559	529	530
Total	37.417	36.791	36.250	35.676	34.957

Em dez/19 a CHESP faturou 1.130 consumidores da classe rural como consumidor residencial em função do não recadastramento por parte do consumidor da revisão cadastral nos termos do Art. 53-X da Resolução Normativa nº 414 de 2010. A CHESP registrou um crescimento da ordem de 3,31% em seu mercado consumidor, fornecendo 124.829 MWh de energia elétrica em 2019 (120.824 MWh em 2018). A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação:

Classe de consumo	2019	2018	2017	2016	2015
Residencial	49.065	46.220	45.078	43.324	42.083
Industrial	15.871	16.212	14.183	13.440	14.349
Comercio e serviços	23.510	22.060	21.289	20.447	20.655
Rural	19.736	18.171	16.820	18.208	17.627
Poder Público	6.037	5.892	5.851	5.618	5.537
Iluminação Pública	5.771	7.499	8.895	9.518	9.371
Serviço Público	4.642	4.578	4.583	4.662	4.498
Consumo próprio	197	192	208	224	223
Total	124.829	120.824	116.906	115.441	114.343
Variação %	3,31%	3,35%	1,27%	0,96%	0,22%

Consumidores - circulante

Fornecimento	2019	2018
Faturado	5.832	5.716
Não faturado	3.739	3.185
Parcelamentos a receber	1.550	1.655
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(1)	(2)
Serviços cobráveis	30	33
Juros e multas s/faturas a receber	139	129
Outros créditos/débitos	214	247
Total	11.503	10.963

Consumidores - Contas a receber

Classe de consumo	Valores Correntes			Renegociados		Total	
	Vencidos	Vencidos	PCLD	A receber	PCLD	2019	2018
Residencial	418	2.000	(132)	125	(7)	2.404	2.178
Residencial baixa renda	15	99	-	-	-	114	125
Industrial	237	287	(65)	50	-	509	694
Comércio e serviços	247	897	(62)	94	(8)	1.168	1.004
Rural	80	441	(10)	12	-	523	538
Poder público	308	695	(30)	1.033	-	2.006	2.138
Iluminação pública	237	334	-	252	-	823	888
Serviço público	-	-	-	-	-	-	88
Subtotal	1.542	4.753	(299)	1.566	(15)	7.547	7.653
Fornecimento não faturado	3.739	-	-	-	-	3.739	3.185
Serviço taxado/ diversos	141	81	-	-	-	222	133
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(1)	(4)	-	-	-	(5)	(8)
Total	5.421	4.830	(299)	1.566	(15)	11.503	10.963

Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

Consumidor classe	A vencer Até 60 dias (Faturado)	Vencidas Até 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas acima de 360 dias	Rene-negociados	PCLD	Total	
								2019	2018
Residencial	418	1.828	23	34	122	118	(139)	2.404	2.178
Residencial									
Baixa Renda	15	94	1	1	3	-	-	114	125
Industrial	237	188	-	29	70	50	(65)	509	694
Comércio e serviços									
Rural	80	390	48	94	125	86	(70)	1.168	1.004
Poder									
Público	308	287	18	14	376	1.033	(30)	2.006	2.138
Iluminação									
Pública	237	170	31	-	133	252	-	823	888
Serviço Público	-	-	-	-	-	-	-	-	88
Serviço Taxado/Diversos	141	58	5	4	14	-	-	222	133
Compensação									
DIC/FIC/DMIC	(1)	(1)	-	(1)	(2)	-	-	(5)	(8)
Total	1.682	3.652	154	176	863	1.551	(314)	7.764	7.778

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:
 . Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 . Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 . Consumidores industriais, rurais, e outros, vencidos há mais de 360 dias.
 A administração entende que a provisão constituída é adequada para fazer frente às prováveis perdas na realização desses créditos.

NOTA 6 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Componentes	2019	2018
Encargos de uso da rede elétrica	10	25
Outros créditos - reembolso gastos operacionais	45	42
Total	55	67

NOTA 7 – ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/18	Adição	Amortização	Saldo 31/12/19	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Ativa	1.450	5.962	(4.130)	3.282	259	3.023	3.282
CVA - Energia comprada	1.128	2.400	(3.008)	520	-	520	520
Risco Hidrológico RTA/2019	-	2.411	-	2.411	-	2.411	2.411
CVA - CDE	322	1.012	(1.018)	316	259	57	316
Outros - desconto TUSD cons. livre	-	139	(104)	35	-	35	35
Demais Ativos Financeiros Setoriais	464	4.552	(4.631)	385	-	384	384
CDE descontos tarifários	341	3.988	(4.040)	289	-	289	289
Diferença mensal de receita Baixa Renda	123	564	(591)	95	-	95	95
Total	1.914	10.514	(8.761)	3.666	259	3.407	3.666

NOTA 8 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS s/Compras para ativo fixo a recuperar em até 48 parcelas	413	515	299	331
Imposto de renda e contribuição social	54	-	146	-
Antecipação Lei 12996/2014	-	-	450	-
Total	467	515	895	331

NOTA 9 – PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS

Orgão	Amortização	2019		2018	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prefeitura Municipal de Carmo Rio Verde - Parcelamento/16	12/16 a 03/21	548	38	395	191
Prefeitura Municipal de Uruana	03/13 a 02/19	-	-	6	-
Prefeitura Municipal de Rialma - Parcelamento 2016	12/16 a 11/21	198	165	231	363
Prefeitura Municipal de Nova Glória	11/16 a 02/20	516	-	489	27
Prefeitura Municipal de Ceres - Parcelamento 2014	12/14 a 11/19	-	-	206	-
Prefeitura Municipal de Ceres - Parcelamento 2017	04/17 a 12/20	92	-	92	100
Prefeitura Municipal de Ipiranga	09/17 a 08/20	18	-	34	18
Total		1.372	203	1.453	699

Prefeitura de Carmo Rio Verde

- Parcelame Prefeitura de Carmo Rio Verde - Parcelamento 2016
 - Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos no período de abril de 2016 e janeiro de 2017;

Prefeitura de Uruana

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Rialma - Parcelamento 2016

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado judicialmente por meio do Processo 201602998293, comarca de Rialma-GO, corresponde a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de maio de 2015 a julho de 2016;

Prefeitura de Nova Glória

- Parcelamento autorizado pela Lei municipal nº 1.701 de 13 de outubro de 2016, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de agosto a outubro de 2016;

Prefeitura de Ceres - Parcelamento 2014

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referente ao período de maio de 2008 a março de 2009 e outubro de 2010 a maio de 2011;

Prefeitura de Ceres - Parcelamento 2017

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, Secretaria de saúde e Secretaria de educação vencidas entre junho de 2016 e janeiro de 2017;

Prefeitura de Ipiranga

- Contrato de confissão de dívida e compromisso de pagamento nº 221/2017, autorizado pela Lei Municipal nº 220/2017 de 20 de setembro de 2017, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos e iluminação pública vencidas no período de 06/05/2016 e 06/01/2017.

NOTA 10-PARCELAMENTO COM CONSUMIDORES

	Amortização	2019		2018	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Parcelamento processo 201502005918	07/18 a 10/23	160	442	92	533

Termo de acordo de parcelamento firmado entre CHESP e consumidor em liquidação judicial referente a faturas de energia elétrica vencidas nos meses de abril e maio de 2015, Processo 201502005918 Juízo da Primeira Vara Civil de Goiânia.

NOTA 11 – SERVIÇOS EM CURSO

Componentes	2019	2018
- Serviço Próprio	1.713	1.015
ODS Serviço Próprio	55	26
ODS Aplicação de Recursos Plano Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	1.658	989
ODS - Serviço Terceiros	3	8
- Total	1.716	1.023

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços.

NOTA 12 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Componentes	2019	2018
Título de Capitalização/Cheque em cobrança especial	-	3
Adiantamento a empregados/fornecedores	116	152
Partes relacionadas	109	234
Fornecedores Proinfra/adiantamento	76	90
Prefeituras Municipais	25	21
Fatura aluguel de postes	38	49
Alienação/Desativação em curso	77	60
Parcelamento de créditos a receber de consumidores	160	92
Outros	37	30
Total	638	731

NOTA 13 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Despesas	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prêmios e Seguros	79	-	109	-
Fornecedores	1	-	1	-
Total	80	-	110	-

NOTA 14 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Valores a receber de acionistas pela transferência do estudo e projeto do aproveitamento de geração do rio do Peixe, denominado Columbi.

NOTA 15 – ATIVOS DE GERAÇÃO A RECEBER

Valores a receber da empresa Companhia São Patrício de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CSP - G&T referente a investimentos realizados na instalação de novos equipamentos e reforma de itens de turbina e geradores da PCH Cachoeira do Lavrinha, conforme transferência do Contrato de Concessão nº 43/1999.

NOTA 16 - ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO E ATIVO INTANGÍVEL DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO

Ativos Financeiros da concessão

Os ativos financeiros indenizáveis referem-se à parcela não amortizada, até o final de concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos, não amortizados, serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão, o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade do serviço concedido, e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Componente	2019	2018
Ativo Financeiro	5.917	4.849
Ativo Intangível	29.072	28.968
Total	34.989	33.816

Ativos Intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (Contratos de Concessão) e OCPC 05 (Contratos de Concessão), os Contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

Direito de concessão (infraestrutura)			2019	2018
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço	70.277	(33.947)	36.330	37.122
Em curso	5.917	-	5.917	4.849
Subtotal	76.194	(33.947)	42.247	41.971
(-) Obrigações especiais	(14.096)	6.838	(7.258)	(8.155)
Total do intangível	62.098	(27.109)	34.989	33.816

Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (não remuneradas)

Representam as contribuições da União, do Estado, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica anulando os efeitos no resultado contábil, conforme determina o Despacho nº 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº 234 de 31 de dezembro de 2006. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, e sua quitação ocorrerá ao final da concessão. Estes valores estão apresentados em conta redutora do saldo do ativo imobilizado na distribuição.

NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CREDORES									
Operação	Moeda Nacional	Juros% aa/am	Encargos de dividas	2019				2018	
				Principal		Encargos de dividas	Principal		
				Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
BBD/FINAME TRAF0 25MVA Contr: 6026904		4,5aa	4	167	599	1	153	767	
BBD/FINAMEReligadorAutomatContr: 6039826		-	-	39	182	-	-	-	
BB CCB 045809011		3,924aa	1	214	-	3	514	214	
Eletróbrás-Contr.ECF0321/2011		5,0aa	-	24	71	-	23	94	
Eletróbrás-Contr.ECF262/2009		5,0 aa	-	31	25	-	31	55	
Eletróbrás-Contr.ECFS205/2007		5,0 aa	-	26	-	-	44	26	
CCB-Bradesco Financ.Veiculo 3050646-8 - Cam Volvo		12,0aa	-	14	-	-	41	14	
BB-GIRO/EMPRESA-Contrato 045809454 Veiculo Amarok		11,4aa	-	51	13	-	-	-	
BB-GIRO/EMPRESA-Contrato 045809454- Veiculo Amarok		11,4aa	-	51	30	-	-	-	
Financiamento Cartão BNDES		12,6aa	-	16	-	-	-	-	
BCO VW AMAROK NF449015		24,56aa	-	6	-	-	25	6	
Banco VW Contr.39989811 AMAROK		16,49aa	1	22	7	-	22	30	
BCO VW SAVEIRO NF133756		22,48aa	-	-	-	-	2	-	
CDC-Bradesco Financ. Veiculo 3004061-2		16,90aa	-	-	-	-	6	-	
BCO VW SAVEIRO NF136644		21,11aa	-	-	-	-	1	-	
Mútuo Ricardo Pina Martin		0,9am	-	-	-	-	303	-	
Total			6	661	927	4	1.166	1.206	

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

Obrigações especiais	2019	2018
Participação da União	102	102
Participação do Estado	712	712
Participação dos Municípios	257	257
Participação do Consumidor	9.076	8.953
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	3.438	3.438
Outras ajuste contabilidade Soc/Reg	511	511
(-) Participações e Doações - Reintegração Acumulada	(6.838)	(5.818)
TOTAL	7.258	8.155

A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados

NOTA 17 – FORNECEDORES

Fornecedores	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedor de energia elétrica	3.926	-	3.891	-
Materiais e serviços	652	-	849	-
Total	4.578	-	4.740	-

NOTA 18 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Componentes	2019	2018
Folha de pagamento líquida	296	271
Tributos retidos na fonte	126	106
Participações nos lucros e resultados	606	482
Outras	2	2
Total	1.030	861

Obrigações estimadas com pessoal

Componentes	2019	2018
Provisão de férias e encargos sociais	602	566
- Total	602	566

NOTA 19 – TRIBUTOS

Impostos e Contribuições	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IICMS	1.172	-	1.003	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	453	-	88	-
INSS	163	-	147	-
PIS/COFINS	332	-	285	-
Outros	100	-	92	-
Total	2.220	-	1.615	-



Componente	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Valor da amortização anual						-	
INDEXADOR			TJLP		RGR	Outros	TOTAL
%			64,4		11,1	24,5	100

Operação	Aplicação	Encargos	Atualização	Período Amortização	R\$ Mil
BB/FINAME Trafo 25MVA	Linhas e Redes - Subestação	4,5%aa	TJLP	02//2019 A 07/2024	766
BB CCB Contr.045809011	Capital de Giro	3,924%aa	TLLP	09/2018 A 05/2020	214
Eletrobrás-ECFS-0321/2011	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	01/2014 a 12/2023	95
Eletrobrás-ECF262/2009	Programa Reluz	5,0%aa	RGR	06/2011 a 08/2021	56
Eletrobrás-ECFS-205/2007	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	07/2010 a 06/2020	26
CCB-BBD-Contr.3050646-8	Financiamento veículo	12,00%aa	TJLP	12/2016 a 05/2020	14
BCO VW AMAROK 39989811	Financiamento veículo	16,49%aa	Outros	05/2018 a 04/2021	29
BB-GIRO-Contr045809454	Financiamento veículo	11,4aa	Outros	04/2019 a 03/2021	64
BB-GIRO-Contr045809454	Financiamento veículo	11,4aa	Outros	08/2019 a 07/2021	81

Mutações de Empréstimos e Financiamentos

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2017	457	368
Ingressos/Capitalizações	951	1.326
Amortização	(730)	-
Transferências	488	(488)
Saldo em 31/12/2018	1.166	1.206
Ingressos/Capitalizações	194	302
Amortização	(1.293)	-
Transferências	594	(581)
Saldo em 31/12/2019	661	927

Ingressos/Capitalizações: referem-se a financiamento de máquinas e equipamentos e veículos adquiridos em 2019(R\$ mil 496)

NOTA 21 - CONCESSIONARIAS E PERMISSONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA
Refere-se à incorporação na base de remuneração da CHESP a Subestação Rialma (69/34,5kV), conforme Despacho ANEEL/SFF nº 2.578, de 16 de agosto de 2012, que anuiu com a desvinculação e alienação pela CELG-D à CHESP.

Credora	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
CELG Distribuição S/A - CELG "D"	-	-	815	-

NOTA 22 - ENCARGOS SETORIAIS

Encargos	2019	2018
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	269
Taxa de Fiscalização	9	8
Pesquisa e Desenvolvimento	671	535
FNDCT	20	18
MME	10	9
Recursos a aplicar	641	508
Programa de Eficiência Energética	1.752	1.457
PROCEL	118	89
Recursos a aplicar Recursos a aplicar	1.634	1.368
Bandeira Tarifária	577	430
Total	3.009	2.699

PEE e P&D: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Anel nº. 300/2008 e 316/2008. Está registrado em 31/12/19 como serviço em curso o valor de R\$ 1.658 mil referente a aplicação de recursos de PEE e P&D cujas ordens em curso ainda não foram encerradas. ainda não foram encerradas.

NOTA 23 - PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/18	Adição	Amortização	Saldo 31/12/19	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Passiva	313	1.228	(1.069)	472	-	472	472
CVA - Energia comprada	313	130	(443)	-	-	-	-
CVA - PROINFA	-	14	-	14	-	14	14
CVA - CDE	-	1.084	(626)	458	-	458	458
Demais Passivos Financeiros Setoriais	962	987	(1.119)	830	-	830	830
Bandeira tarifária	601	977	(757)	821	-	821	821
Neutralidade/Adicional PEE 2010/2012	361	-	(361)	-	-	-	-
Outros Financeiros RTA/2019	-	10	(1)	9	9	-	9
Total	1.275	2.215	(2.188)	1.302	9	1.293	1.302

NOTA 24 - PROVISÃO PARA LITÍGIOS FISCAIS

Fiscais: PIS/COFINS - Refere-se à retenção com base em decisão liminar com mandado de segurança em Ação Judicial junto a Vara da Justiça Federal em Anápolis-GO, Processo: 1000013-59.2015.4.01.3502, cujo objeto é afastar a cobrança do PIS/COFINS sobre ICMS faturado nas contas de energia. Créditos de processo judicial transitado em julgado, já homologado pelo Despacho Decisório nº 7/2020-SAORT/DRF-ANAPOLIS/GO, aguardando Habilitação de Crédito Tributário Reconhecido em Decisão Judicial

NOTA 25 - PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Componente	2019	2018
	Não circulante	Não circulante
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	704	384

São valores faturados de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos e que na próxima revisão tarifária contribuirão com a modicidade tarifária

NOTA 26 - INCENTIVOS FISCAIS

São incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás por meio da Lei nº 13.591 de 18 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265 de 31 de julho de 2000. Com o objetivo específico de contribuir para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído:

Componentes	2019	2018
Incentivos apurados no período de Out/11 a Set/12	98	98
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	20	20
Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro	118	118

A companhia recolheu, a título de antecipação do Projeto Produzir, 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual. De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.

NOTA 27 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social	2019			2018		
	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$	Capital Social	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$	Capital Social
Ações ordinárias	3.260.982	7,17	23.381	3.260.982	7,17	23.381
Total	3.260.982	-	23.381	3.260.982	-	23.381

Em 31 de dezembro de 2019 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) é de R\$12,47(2018- R\$ 11,44).

Reservas de Capital	2019	2018
Ágio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	878	762
Reserva de Incentivos Fiscais	4.220	4.220
Total	6.885	6.769

Reservas de Lucros	2019	2018
Reserva legal	843	581
Reserva para investimentos	10.339	7.056
Outros resultados abrangentes	(786)	(467)
Total	10.396	7.170

A Reserva Legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social.

A Administração da Companhia encaminhará proposta para transferência de R\$ mil3.284 da conta de Lucros Acumulados para a conta de Reserva para Investimentos para fazer frente às necessidades de investimentos com recursos próprios

NOTA 28 - PARTES RELACIONADAS

Serviços	2019		2018	
	Passivo	Faturado	Passivo	Faturado
Serviços de manutenção e conservação no sistema elétrico resultado	127	1.762	93	1.229
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações - ODI's - investimentos	54	1.047	89	818
Serviços prestados em Ordens de Desativações - ODD's - baixas	3	117	7	97
Serviços prestados em Ordens de Serviço - ODS's - resultado	12	278	14	268
TOTAL	196	3.204	203	2.412

As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar à empresa Engenharia São Patrício Ltda - ENGESP, pelos serviços contratados pela Companhia e referem-se a serviços em recuperação de redes de distribuição e subestações rurais, serviços em linha viva em redes de distribuição urbanas, serviços em construções de redes de distribuição urbanas e rurais, serviços em redes de sub transmissão alta tensão - AT em 69kV, serviços de limpeza de faixa de redes rurais e poda de arvores urbanas, leitura de medidores em unidades consumidoras rurais, serviços gerais de limpeza e

conservação em prédios e operação remota de subestações de distribuição, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, contrato anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 951 de 04 de abril de 2017, assim registrados:

Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESP em 31 de dezembro de 2019. Faturado: refere-se a faturamento bruto contabilizado em contas de resultado, investimentos e baixas

NOTA 29 – DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos

Componentes	2019	2018
Lucro líquido do exercício	5.239	3.213
(-) Constituição de reserva legal	(262)	(161)
Lucro líquido ajustado	4.977	3.052
Dividendos propostos	1.244	763
(-) Dividendos intermediários	(1.694)	(1.470)

NOTA 30 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia optou pela tributação pelo Lucro Real no ano de 2019, calculando a provisão para o Imposto de Renda à alíquota de 15% sobre o Lucro Tributável, acrescido do adicional específico de 10% sobre o valor que excedeu a R\$240 mil. A provisão para Contribuição Social foi constituída a alíquota de 9% do Lucro Líquido ajustado antes do Imposto de Renda, conforme legislação específica da Receita Federal.

NOTA 31 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia reconheceu no resultado do exercício R\$320 mil para empregados a título de Programa de Participação nos Resultados - PPR e R\$ 283 mil para diretores (2018 - R\$313mil e R\$ 169mil respectivamente).

NOTA 32 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

FORNECIMENTO FATURADO	Nº de Consumidores em 31.12		MWh		Receita	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
CLASSE						
Residencial	29.739	28.336	49.065	46.220	43.160	40.690
Industrial	73	82	15.871	16.212	10.575	10.682
Comércio e serviços	3.194	3.104	23.510	22.060	20.274	19.229
Rural	3.851	4.709	19.736	18.171	9.748	9.445
Poder Público	453	447	6.037	5.892	4.831	4.783
Iluminação Pública	31	33	5.771	7.499	2.862	3.798
Serviço Público	65	69	4.642	4.578	2.906	2.874
Consumo Próprio	11	11	197	192	-	-
(=) Fornecimento faturado	37.417	36.791	124.829	120.824	94.356	91.501
Fornecimento Não Faturado					554	(1)
	37.417	36.791	124.829	120.824	94.910	91.500

Fornecimento de energia elétrica	2019	2018
Descontos Tarifários e Equilíbrio da Redução Tarifária - aportes CDE	3.988	4.048
Subsídio Baixa Renda	564	706
Encargos de conexão de agentes de geração	306	282
Renda da prestação de serviço	408	346
Serviço taxado	163	163
Arrendamento e aluguéis	393	331
CVA ativa/passiva e demais passivos regulatórios	2.291	3.857
Fornecimento diferimento ou devoluções	(320)	(280)
Outras receitas	127	217
Outras receitas operacionais	7.920	9.670
Total da receita operacional bruta	102.830	101.170
Deduções da receita operacional		
ICMS	(25.587)	(24.946)
PIS	(1.135)	(1.100)
COFINS	(5.270)	(5.309)
ISS	(13)	(12)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(7.471)	(7.472)
Programa de P&D e eficiência energética	(584)	(561)
Bandeira tarifária	(1.735)	(2.936)
Taxa de fiscalização	(99)	(93)
Total deduções da receita operacional	(41.894)	(42.429)
Receita operacional líquida	60.936	58.740

*crescimento de mercado de 3,37% no ano
Deduções da receita operacional - Consideramos como deduções da receita operacional, valores de PIS R\$ mil 422 (2018-R\$ mil 412) e COFINS R\$ mil 1.945 (2018-R\$ mil 1.900) calculados sobre o ICMS, contabilizados em gastos operacionais (provisão para litígios fiscais) com base em decisão liminar com mandado de segurança em Ação Judicial junto a Vara da Justiça Federal em Anápolis-GO, Processo: 1000013-59.2015.4.01.3502.

Processo judicial transitado em julgado, já homologado pelo Despacho Decisório nº 7/2020-SAORT/DRF-ANÁPOLIS/GO
Aportes CDE - As subvenções recebidas via aporte CDE, referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

NOTA 33 – ENCARGOS SETORIAIS

Componentes	2019	2018
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.471	7.472
Taxa de fiscalização - ANEEL	99	93
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	584	561
Proinfa	1.078	910
Bandeira tarifária	1.735	2.936
Total	10.967	11.972

NOTA 35 – OUTRAS DESPESAS

Componentes	2019	2018
Arrendamento e aluguéis	24	23
Seguros	116	86
Tributos	103	120
(-) Recuperação de despesa	(242)	(259)
Taxa arrecadação	226	391
Taxas bancárias	26	17
Tarifas CCEE	14	9
Transgressões DIC/FIC/DMIC	91	126
Mensalidades associativas	18	19
Custeio conselho de consumidores	38	35
Consumo próprio energia elétrica	179	175
Indenizações por perdas e danos	185	204
Outras	28	114
Total	806	1.060

NOTA 34 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

A partir de 01/08/2017 a CHESP deixou de ser suprida pela Companhia Energética de Goiás - CELG-D e passou a comprar energia da COPEL Geração e Transmissão S/A. Como consequência de estar operando diretamente no mercado, passou a receber de forma direta a energia compulsória das seguintes fontes: Itaipu, Eletronuclear, Cotas de Garantias Físicas. Por questões contratuais a COPEL fornece a energia complementar para propiciar o atendimento a totalidade do mercado da CHESP

Componentes	MWh		Reais mil	
	2019	2018	2019	2018
CELG Distribuição S/A CUSD/TUSD	-	-	3.645	7.060
COPEL Geração e Transmissão S/A	80.250	78.521	12.257	11.560
Cotas de Garantias Físicas / Recon-tabilização	33.197	33.037	7.154	8.971
Eletrobrás - Cotas demanda Itaipu	23.756	21.034	6.000	4.952
Eletronuclear - Cotas de energia nuclear - Angra	4.462	3.929	1.038	974
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	2.952	2.913	1.078	910
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	-	-	2.560	1.472
Energia microgeração	-	-	222	-
Total	144.617	139.434	33.954	35.899

NOTA 36 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Componentes	2019	2018
Ganhos na alienação de bens e direitos	22	37
Perdas na desativação de bens e direitos	(197)	(217)
Total	175	(180)

NOTA 37 – RECEITA/DESPESA DE CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA CONCESSÃO

Componentes	2019	2018
Receita de construção da infraestrutura da concessão	3.220	3.340
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	(3.220)	(3.340)
Refere-se a receitas e custos com construção da infraestrutura adicionada ao ativo imobilizado em serviço em 2018 e 2017.		

NOTA 38 - RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2019	2018
Var Monet e Acréscimo moratório energia vendida	1.167	1.120
Renda de aplicação financeira	232	203
Receita financeira de precatório	-	302
Juros de parcelamentos	26	205
Receita financeira de recontabilização - CCEE	177	110
Atualização de ativos regulatórios	83	101
Varição monetária energia Itaipu	77	82
Outras receitas financeiras	52	57
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(84)	(101)
Total	1.730	2.079
Despesas Financeiras	2019	2018
Juros e variação monetária incorporação SE/Rialma	379	616
Varição monetária energia Itaipu	136	189
Despesa financeira de recontabilização - CCEE	-	108
Encargos das dívidas de curto prazo - juros	32	49
Encargos das dívidas de curto prazo - empréstimos e financiamentos	147	69
Multas sobre impostos e contribuições sociais	78	8
Varição monetária de passivos regulatórios	49	77
Outras despesas financeiras	46	67
Total	867	1.183
RESULTADO	863	896

Os encargos financeiros, distribuídos por macroatividades, estão apropriados no resultado e parcialmente no imobilizado em curso em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.19 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996. Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, os custos dos empréstimos estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 39 - SEGUROS

A Companhia mantém cobertura frota de veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros cobertura de danos pessoais e ou materiais incorridos;

Seguradora	Risco	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
BB Seguros	Apólice 3897690692331 -Cobertura compreensiva	28/12/19 a 28/12/20	Tabela FIPE	94

NOTA 40 – ASPECTOS REGULATÓRIOS**I) Reajuste Tarifário Anual - RTA - 2019**

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboraram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), custo gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pelo fator X.

Por meio Resolução Homologatória nº 2.639, de 19 de novembro de 2019, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário anual da CHESP em -0,12% (menos zero virgula doze por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora, para o período de 22 de novembro de 2019 a 21 de novembro de 2020.

II) Revisão Tarifária Periódica - RTP

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária da companhia é novembro de 2021. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

NOTA 41 - BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu novos critérios para classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, conforme Resoluções ANEEL nº 246 de 30 de abril de 2002 e nº 485 de 29 de agosto de 2002. Com a aplicação dos novos critérios, a Companhia apurou a Diferença Mensal de Receita homologada pela ANEEL, conforme demonstrado a seguir:

Diferença mensal de receita													2019	2018
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Total
Reais	47	49	46	47	47	46	44	45	48	48	49	48	564	706

Esses valores foram contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 se apresenta no valor de R\$ 96(2018 - R\$ 123).

NOTA 42 - OUTROS ASPECTOS REGULATÓRIOS**I) Universalização**

A CHESP está totalmente universalizada em sua área urbana e rural e fornece energia a 37.417 unidades consumidoras, sendo 29.739 da classe residencial, 3.851 da classe rural, 3.194 da classe comercial e 633 das demais classes.

II) Programa PROINFA

A Lei 10.438/2002, por meio de seu Artigo 3º, instituiu o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os custos concernentes à aquisição de energia gerada pelo PROINFA, incorridos pela Eletrobrás, inclusive administrativos, financeiros e tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores, exceto os de baixa renda, cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês. Cabe aos agentes do SIN que comercializam energia para o consumidor final e/ou recolham tarifas de uso do sistema de transmissão - TUST ou distribuição - TUSD, relativos a consumidores livres, o recolhimento à Eletrobrás, para crédito do PROINFA, do valor da cota anual em duodécimos fixados pela ANEEL. Os procedimentos para rateio dos custos desse programa constam no Decreto 5.125/04.

III) Bandeiras Tarifárias

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

No exercício de 2019 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$1.735 mil de Bandeira Tarifária. Deste montante, após homologação pela ANEEL, R\$ 144 mil foram repassados a CCEE, R\$ 29 foram repassados pela CCEE para a CHESP visando cobertura de risco hidrológico, R\$ 222mil foram considerados no reajuste tarifário de 2019 como **Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" - CVAenergia**, R\$ 821 transferidos para CVA em curso e R\$ 577 mil continuam em aberto registrado no passivo como -encargos setoriais (nota 22);
Ceres-GO, 31 de dezembro de 2019

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Maria Cristina de Pina Martin Presidente	Ricardo de Pina Martin Conselheiro
Guilherme de Pina Martin Conselheiro	
Antonio Luiz de Pina Neto Conselheiro	Rodolfo de Podestá Martin Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo de Pina Martin Diretor Presidente	Carolina de Podestá Martin Santana Diretora Econômico-Financeira
---	--

Rauflin Gonçalves de Souza
Diretor Técnico-Comercial

Vanderlei da Costa
Contabilista CRC/GO Nº007250/O-2
CPF 167.147.171-72

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Aos acionistas da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP
Ceres - GO****Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data e demonstração dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos**Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como



informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos

usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Porto Alegre/RS, 19 de março de 2020.

ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA

CONTADOR CRC/RS 043890.0-9
Mestre em Controladoria - CNAI 1076

ACS CONTABILIDADE E AUDITORIA SS
(051) 3226-3945 / 3224-4426 / 99934-4129
www.acscontab.com.br - CVM 12.840

Protocolo 174666

RENATO DAVID PRANTE
CPF 378.402.310-04

Torna público que requereu à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás - SEMAD, a Autorização para Manejo de Fauna, para a Central Geradora Hidrelétrica - CGH Pindaíba I, localizada no município de Rio Verde-GO.

Protocolo 174380

A Algar Telecom S/A (BUG-RADIO) torna público que protocolou em 12/03/2020, na Secretaria do Estado de Meio Ambiente (SECIMA) a solicitação para licença de Instalação e Funcionamento para a atividade de estação de telecomunicações instalada na Rodovia GO-309, Fazenda Esperança, Zona Rural - Buriti Alegre/GO.

Protocolo 174396

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP
Av. Presidente Vargas, 618 - Centro, Ceres-GO, CEP 76300-000
CNPJ(MF) 01.377.555/0001-10 NIRE 5230000410-1

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, às 10h do dia 30 de abril de 2020 na sede social da Companhia, situada na Av. Presidente Vargas 618, Centro, Ceres, Estado de Goiás, CEP 76300-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária:

1. Tomar as contas dos administradores: examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e os documentos que as complementam relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019;

Assembleia Geral Extraordinária:

2. Recompôr o Conselho de Administração;
3. Fixar a despesa com honorários dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
4. Tratar de outros assuntos de interesse da Companhia.

Ceres, 25 de março de 2020.

Maria Cristina de Pina Martin

Presidente do Conselho de Administração

Protocolo 174614